


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000930-25.2016.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Sebastiana Aparecida Pereira Ronchim e outro**
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Prioridade Idoso
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Sebastiana Aparecida Pereira Ronchim e outro movem ação contra **Banco Santander (Brasil) S/A** negando ter celebrado com a ré contrato de empréstimo pessoal cujas parcelas são descontadas de seu benefício previdenciário. Pleiteia a declaração de inexistência do débito, a condenação no reembolso da quantia de R\$ 10.292,62 e indenização por danos morais no valor de R\$ 11.872,10.

Contestação apresentada alegando-se a existência e validade da contratação por clique único mediante validação de senha pessoal.

Réplica oferecida.

Instadas as partes a especificarem provas, manifestou-se a ré, e silenciou a autora.

É o relatório.

Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

A autora não poderá alegar cerceamento de defesa pois, instada a especificar provas, silenciou, caso em que o STJ entende estar impedida de "investir contra o julgado por alegada ausência de estágio probatório" (REsp 160.968/DF, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, 3ªT, j. 23/03/1999).

Trata-se de exegese que decorre de nosso sistema processual preclusivo e do princípio da boa-fé objetiva no processo, em razão da lealdade mínima exigível das partes, já que se a parte, instada a respeito, não requereu a produção de provas, não poderá, em *venire contra factum proprium*, posteriormente alegar cerceamento de defesa porque não aberta a instrução probatória.

À vista dos documentos apresentados, deve prevalecer a presunção de veracidade da declaração de insuficiência de recursos, pois não se pode afirmar que a autora possua meios de atender às despesas da lide. Ressalta-se, ainda, que caso a requerida seja vencedora da causa poderá promover a futura execução das verbas processuais provando a possibilidade de pagamento


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

por parte da autora.

A preliminar de falta de interesse de agir não merece acolhida pois, na medida em que o requerido apresenta resistência à pretensão, faz-se necessário o provimento jurisdicional para que se alcance o fim almejado.

No mérito, volta-se a autora contra empréstimos descontados de seu benefício previdenciário sem contratação. Afirma, ainda, que o valor do empréstimo nunca ingressou em sua conta corrente.

A ré, por sua vez, apenas juntou o comprovante gerado pela suposta contratação mediante clique único (fls. 59). Destacou, ainda, a inexistência de qualquer falha a seu cargo no episódio noticiado, sendo ônus do autor comprovar os fatos constitutivos de seu direito.

A relação jurídica material entabulada entre as partes é regida pelo microsistema do Código de Defesa do Consumidor, pois estão presentes os requisitos dos artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Em consequência, aplica-se, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inciso VIII, parte final, do CDC), a qual toma por base a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona RIZZATTO NUNES:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assim, diante da matéria discutida, reputo que tocava à ré fazer prova da regularidade da transação questionada pelo autor, nos termos dos artigos 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor e 373, inc. II, do Código de Processo Civil.

Portanto, competia à ré fazer prova da regularidade das transações questionadas pelo autor, pois inexistente o fato negativo.

O tipo de prova que se exige em tais situações independentemente de sua natureza precisa ser forte o bastante para conduzir a juízo de convicção seguro sobre o correntista ou alguém com sua autorização ter promovido as contratações.

Sobre esse ponto, sabe-se que a ré possui lastro técnico para verificar que a operação destoava do que rotineiramente era realizado pelo autor, sendo esse outro mecanismo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que poderia favorecê-lo.

E nem se diga que eventual participação de terceiro no episódio eximiria a responsabilidade do réu, porquanto as ações de falsários que podem ser até inevitáveis, diante do “aprimoramento” das fraudes, entretanto, não são imprevisíveis.

Ademais, a atividade desempenhada pela ré envolve risco e esse risco deve ser suportado por ela, já que ostenta condições financeiras para tanto, conforme teoria do risco da atividade profissional, e não pelo consumidor.

Impunha-se-lhe como fornecedor dos serviços adotar mecanismos seguros e eficientes na sua prestação, o que não aconteceu. Não se pode olvidar que a ocorrência de fraudes no sistema bancário configuram fortuito interno, que exime o réu de responsabilidade, entendimento esse consagrado na Súmula nº 479 do STJ: *"As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias"*.

Sobre o empréstimo realizado na conta corrente da autora, a requerida nada declarou, conquanto fosse ônus seu demonstrar a regularidade da operação, bem como o recebimento efetivo do numerário pela autora.

Nessa linha, consoante afirmado pela autora, pelos documentos juntados pela ré referentes aos extratos da conta corrente, especialmente à fl. 60, nota-se que o valor do empréstimo não ingressou na conta.

Assim, se a autora não recebeu o valor em tese contratado, nada de concreto justificava os descontos das parcelas de seu benefício pela ré. Por isso, outra solução não há, senão reconhecer que a cobrança é indevida, sendo de rigor a devolução dos valores.

Tal restituição não se dará em dobro, entretanto.

A propósito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *"a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor"* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. RAUL ARAÚJO, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé do réu, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que a não terá aplicação a aludida regra.

Quanto aos danos morais, tenho-os por configurados.

A ausência de contratação de serviço bancário onerou a parte autora indevidamente, de forma que ficou exposta a desgaste por situação a que não deu causa. Tal cenário, seguramente importou abalo moral à parte autora de forma superior ao que se daria com qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição, tendo em vista tratar-se de pessoa idosa.

O réu, ao menos no caso dos autos, não dispensou à parte autora o tratamento que seria exigível, o que sinaliza a caracterização dos danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, em consonância com os critérios utilizados em casos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

análogos (levando em conta a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), deve ser fixado em R\$ 5.000,00.

Vale anotar, condeno a ré a indenizar a autora pelo desgaste suportado pela ausência de contratação, conforme fundamentado acima e não pela negativação indevida diante da falta de provas nesse sentido.

Autorizo, a compensação de eventual quantia a ser restituída pela autora com o valor da indenização.

Isto posto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, para DECLARAR a inexistência do débito questionado e CONDENAR a ré a ressarcir o valor de R\$ 10.292,62, corrigidos desde cada desembolso, de acordo com os índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e com juros de 1% ao mês a partir da citação, bem como para condenar o réu a pagar à autora as quantias de R\$ 5.000,00, atualizados desta data (Súmula 362, STJ) e acrescidos de juros de mora de 1% a contar da citação.

Em razão da insignificância da sucumbência da autora, condeno a requerida ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

Interposta apelação, viabilize-se contrarrazões e remetam-se os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 14 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**